

PREGÃO ELETRÔNICO:
90067/2026

CONTRATANTE (UASG):
(160322)

OBJETO:
AQUISIÇÃO DE MATERIAL OPME PARA CLÍNICA DE
HEMODINÂMICA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R\$ 932.815,00 (Novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e
quinze reais).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço item

MODO DE DISPUTA:
Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:
NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM:
NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO LESTE
COMANDO DA 1ª REGIÃO MILITAR
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
Hospital Real Militar e Ultramar – 1769
(Hospital General de Brigada Médico João Severiano da Fonseca)

SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90067/2026
Processo Administrativo nº 64574.022142/2026-53

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO, CNPJ 09.609.235/0001-50, por meio do(a) SETOR DE PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, sediado(a) FRANCISCO MANUEL, 126, PAVLH DIVISAO ADM, bairro BENFICA, na cidade de RIO DE JANEIRO/RJ, CEP 20911270, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é AQUISIÇÃO DE MATERIAL OPME PARA CLÍNICA DE HEMODINÂMICA conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 4 (quatro) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

item.

6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	Conjunto Composto Por Dispositivo Percutâneo Destinado Ao Fechamento Do Apêndice Atrial Esquerdo, Com Bainha De Acesso 14fr E Cateter De Entrega 12fr - Acompanha Kit De Punção Transeptal Com Bainha E Agulha De Punção – Estéril	Unitário
2	Cateter P/ Intervenção, Tipo De Cateter: Diagnóstico, Tipo Uso: Ultrassom Coronariano Intravascular, Tipo Material: Poliamida, Calibre Externo: 2,9 French, Comprimento: 150 Cm, Componente: Transdutor De 40 A 60 Mhz, Componente I:	Unitário

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
	Sistema Digital, S/ Partes Móveis, Característica Adicional: Capta Imagens Até 16mm Diâm, Aplicação: Compatível C/ Fio Guia 0,014 Característica Adicional: Acompanha Sistema De Pullback, Estéril – Necessário Equipamento Em COMODATO	
3	Balão semi complacente para uso adulto e pediátrico, Resistente A Rupturas, Tipo “Over-The-Wire”, Destinado À Dilatação Aórtica Valvar, Duas Marcas Radiopacas, Dispositivo Montado Em Cateter De Aproximadamente 110cm E Compatível De 9 Fr A 12 Fr. Disponível Nos Diâmetros Aproximados Entre 18 Mm E 30 Mm E Comprimento Aproximado De 30 - 45mm. Unidade - 30	Unitário
4	Conjunto para PERICARDIOCENTESE com cateter de poliuretano 8,3Fr x 40 cm, com furos laterais, agulha de punção longa e fio guia	Unitário

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	Conjunto Composto Por Dispositivo Percutâneo Destinado Ao Fechamento Do Apêndice Atrial Esquerdo, Com Bainha De Acesso 14fr E Cateter De Entrega 12fr - Acompanha Kit De Punção Transeptal Com Bainha E Agulha De Punção – Estéril	R\$ 1,00
2	Cateter P/ Intervenção, Tipo De Cateter: Diagnóstico, Tipo Uso: Ultrassom Coronariano Intravascular, Tipo Material: Poliamida, Calibre Externo: 2,9 French, Comprimento: 150 Cm, Componente: Transdutor De 40 A 60 Mhz, Componente I: Sistema Digital, S/ Partes Móveis, Característica Adicional: Capta Imagens Até	R\$ 1,00

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
	16mm Diâm, Aplicação: Compatível C/ Fio Guia 0,014 Característica Adicional: Acompanha Sistema De Pullback, Estéril – Necessário Equipamento Em COMODATO	
3	Balão semi complacente para uso adulto e pediátrico, Resistente A Rupturas, Tipo “Over-The-Wire”, Destinado À Dilatação Aórtica Valvar, Duas Marcas Radiopacas, Dispositivo Montado Em Cateter De Aproximadamente 110cm E Compatível De 9 Fr A 12 Fr. Disponível Nos Diâmetros Aproximados Entre 18 Mm E 30 Mm E Comprimento Aproximado De 30 - 45mm. Unidade - 30	R\$ 1,00
4	Conjunto para PERICARDIOCENTESE com cateter de poliuretano 8,3Fr x 40 cm, com furos laterais, agulha de punção longa e fio guia	R\$ 1,00

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

7.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

7.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2. empresas brasileiras;

7.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.9.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas , para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão

fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-area-trabalho-web/seguuro/governo/area-trabalho>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 9 (nove) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacaohospitalcentral@gmail.com

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-area-trabalho-web/seguuro/governo/area-trabalho>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Rio de Janeiro, RJ, 27 de maio de 2026

Elaborado por:

**Lucas Rodrigues
de Souza**

Assinado de forma digital por
Lucas Rodrigues de Souza
Dados: 2026.05.27 14:56:16 -03'00'

LUCAS RODRIGUES DE SOUZA – 2ºTEN

Adjunto da Seção de Planejamento e Integração da Contratação.

Aprovado por:

**LUCIANO LUIZ
GOULART SILVA
DIAS:07752932701**

Assinado de forma digital por
LUCIANO LUIZ GOULART SILVA
DIAS:07752932701
Dados: 2026.05.27 18:11:37 -03'00'

LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS – CEL INT

Chefe da Divisão de Obtenção e Ordenador de Despesas das Áreas Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO/RJ

Termo de Referência 124/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
124/2026	160322-HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO/RJ	LUCAS RODRIGUES DE SOUZA	22/05/2026 10:10 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64574.022142/2026-53

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) para a Clínica de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista do Hospital Central do Exército (HCE), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos do processo.

1.1.1. A aquisição contempla 4 (quatro) itens, com quantitativos definidos no processo, destinados a procedimentos diagnósticos e terapêuticos invasivos, incluindo dispositivos estruturais cardiovasculares, cateteres para imagem intravascular, balões para valvoplastia e conjunto para pericardiocentese.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	423486	Conjunto Composto Por Dispositivo Percutâneo Destinado Ao Fechamento Do Apêndice Atrial Esquerdo, Com Bainha De Acesso 14fr E Cateter De Entrega 12fr - Acompanha Kit De Punção Transeptal Com Bainha E Agulha De Punção – Estéril	UND	12	R\$ 34.000,00	R\$ 408.000,00
2	424112	Cateter P/ Intervenção, Tipo De Cateter: Diagnóstico, Tipo Uso: Ultrassom Coronariano Intravascular, Tipo Material: Poliamida, Calibre Externo: 2,9 French, Comprimento: 150 Cm, Componente: Transdutor De 40 A 60 Mhz, Componente I: Sistema Digital, S/ Partes Móveis, Característica Adicional: Capta Imagens Até 16mm Diâm, Aplicação: Compatível C/ Fio Guia 0,014" Característica Adicional: Acompanha Sistema De Pullback, Estéril – Necessário Equipamento Em COMODATO	UND	80	R\$ 5.143,81	R\$ 411.504,80
3	466466	Balão semi complacente para uso adulto e pediátrico, Resistente A Rupturas, Tipo “Over-The-Wire”, Destinado À Dilatação Aórtica Valvar, Duas Marcas Radiopacas, Dispositivo Montado Em Cateter De Aproximadamente 110cm E Compatível De 9 Fr A 12 Fr. Disponível Nos Diâmetros Aproximados Entre 18 Mm E 30 Mm E Comprimento Aproximado De 30 - 45mm. Unidade - 30	UND	30	R\$ 3.596,00	R\$ 107.880,00
4	619794	Conjunto para PERICARDIOCENTESE com cateter de poliuretano 8,3Fr x 40 cm, com furos laterais, agulha de punção longa e fio guia	UND	10	R\$543,02	R\$ 5.430,20
VALOR TOTAL GLOBAL						R\$ 932.815,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns de saúde, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade e segurança podem ser definidos objetivamente por especificações usuais de mercado e pela conformidade regulatória aplicável, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e do Documento de Formalização da Demanda.

1.3. Em observância ao princípio da ampla competitividade e ao art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o objeto será adjudicado por item, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa de forma individualizada para cada material, preservando a competitividade e a especialização do mercado fornecedor.

1.3.1. Para o item que exige suporte tecnológico para sua utilização, relativo ao cateter para ultrassom intravascular, o licitante vencedor deverá garantir a disponibilização do equipamento necessário ao uso do insumo, em regime de comodato ou consignação, conforme previsto no processo, assegurando a compatibilidade técnica e o pleno funcionamento do material fornecido.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos da regulamentação aplicável, tratando-se de insumos essenciais à manutenção da assistência à saúde em procedimentos de alta complexidade realizados pela Clínica de Hemodinâmica.

1.5. A presente licitação será realizada na modalidade pregão eletrônico, conforme solicitação da unidade demandante e fundamentação técnico-administrativa constante do processo, visando assegurar transparência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

1.6. A formalização da contratação observará a natureza do fornecimento e as necessidades acessórias vinculadas à execução:

1.6.1. Para os materiais OPME, a contratação poderá ser formalizada por meio de Nota de Empenho como instrumento substitutivo ao termo de contrato, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, com vigência restrita ao período necessário para entrega, recebimento definitivo, liquidação e pagamento. (Texto padronizado, sem necessidade de citação)

1.6.2. Para os casos em que houver disponibilização de equipamento associado ao insumo, poderá ser formalizado instrumento específico de comodato, com a finalidade de disciplinar responsabilidades quanto à guarda, integridade, manutenção e suporte técnico do equipamento cedido, durante o período de permanência nas instalações do HCE.

1.7. O valor total estimado para a presente contratação é de **R\$ 932.815,00 (novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e quinze reais)**, conforme relatório de pesquisa de preços do processo, elaborado com base em levantamento de mercado e metodologia indicada no próprio relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que instrui o presente processo, bem como no Documento de Formalização da Demanda (DFD), os quais demonstram a indispensabilidade da aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) para a Clínica de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista do Hospital Central do Exército, a fim de garantir a segurança e a resolutividade de procedimentos diagnósticos e terapêuticos invasivos de alta complexidade.

2.2. Conforme delineado no ETP e no DFD, a contratação busca assegurar a recomposição e a manutenção de estoque estratégico de materiais endovasculares e de cardiologia intervencionista, essenciais à continuidade do atendimento assistencial da Organização Militar de Saúde, mitigando riscos de desabastecimento e de suspensão de procedimentos críticos, inclusive em cenários de urgência, com impacto direto na assistência aos usuários do sistema SAMMED/FuSEx.

2.3. O objeto da contratação encontra-se alinhado aos instrumentos de governança e planejamento institucional do HCE, devendo constar devidamente registrado no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, de modo a assegurar aderência ao planejamento e à racionalidade na aplicação dos recursos públicos. (Ajuste redacional para TR; sem afirmação documental não constante nos arquivos analisados)

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no DFD_160322-000368-2026, que fundamentam a presente contratação e definem a necessidade de aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) para a Clínica de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista do Hospital Central do Exército (HCE), com vistas à recomposição de estoque estratégico e à continuidade de procedimentos diagnósticos e terapêuticos invasivos.

3.2. A solução contempla o fornecimento de 4 (quatro) itens de OPME, conforme quantitativos e especificações constantes do processo, incluindo: conjunto para fechamento percutâneo do apêndice atrial esquerdo, cateter para ultrassom coronariano intravascular (IVUS), cateter balão para valvoplastia e conjunto para pericardiocentese, destinados ao atendimento de demandas eletivas e de urgência na área de hemodinâmica.

3.2.1. Para o item referente ao cateter IVUS, a solução inclui, como condição necessária à utilização do insumo, a disponibilização do equipamento correspondente pelo fornecedor, em regime de consignação ou comodato, conforme previsto na demanda, de modo a assegurar a plena funcionalidade do material e a execução segura dos procedimentos.

3.3. Conforme definido na estratégia de planejamento, a solução adota o parcelamento por item, permitindo maior competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para cada material, preservando-se, quando aplicável, os requisitos de compatibilidade técnica e a obrigação de disponibilização de equipamento associado ao item que demandar suporte tecnológico

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos nas especificações do objeto, deverão ser atendidos os requisitos abaixo, observadas as diretrizes aplicáveis do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e as políticas internas do Hospital.

4.1.1. Somente será admitida a oferta de produto para saúde com registro ou notificação vigente na ANVISA, conforme a legislação sanitária aplicável, devendo a situação regulatória estar válida na data da sessão pública e mantida durante toda a execução contratual.

4.1.2. Para o item que exige suporte tecnológico para utilização do insumo, o licitante vencedor deverá disponibilizar o equipamento compatível em regime de comodato ou consignação, sem ônus adicional para a Administração, observando os requisitos de segurança, instalação e funcionamento, bem como eventuais exigências de avaliação da conformidade e certificações aplicáveis ao tipo de equipamento.

4.1.3. Quando aplicável, a contratada deverá comprovar boas práticas de fabricação e procedência dos produtos, por meio de documentação sanitária pertinente ao fabricante e ao produto ofertado, assegurando qualidade, rastreabilidade e conformidade com normas vigentes.

4.1.4. A contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais, incluindo acondicionamento adequado, redução de volume de embalagens, e utilização de materiais de embalagem compatíveis com descarte e reciclagem quando tecnicamente possível, sem comprometer a esterilidade e a integridade do produto.

4.1.5. O transporte e a entrega deverão observar boas práticas logísticas, com preservação das condições do produto, otimização de rotas e redução de riscos de avarias, especialmente para materiais estéreis e de alta criticidade.

4.1.6. Após o uso, o descarte dos materiais ocorrerá conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde do HCE, cabendo à Administração o gerenciamento dos resíduos gerados na assistência, sem prejuízo das obrigações de rotulagem, instruções de uso e informações de descarte fornecidas pelo fabricante.

4.2. Não será indicada marca ou modelo específico, admitindo-se qualquer produto que atenda às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência e às exigências regulatórias aplicáveis, garantindo desempenho e segurança compatíveis com os procedimentos realizados na Clínica de Hemodinâmica.

Da exigência de amostra

4.3. A exigência de amostras poderá ser realizada de forma excepcional e motivada, em diligência na fase de julgamento, quando a análise documental não for suficiente para atestar conformidade técnica, compatibilidade e desempenho do produto ofertado, observados os princípios da isonomia, razoabilidade e competitividade.

4.3.1. Quando houver necessidade de verificação de compatibilidade do item com equipamento associado, a Administração poderá solicitar demonstração técnica, documentação do fabricante e, quando aplicável, testes funcionais compatíveis com o ambiente hospitalar, sem gerar ônus indevido ao certame.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade, visando ampliar a competitividade do certame, sem prejuízo da responsabilidade integral da licitante vencedora pela execução do objeto.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do fornecimento do objeto. A adjudicatária responderá integralmente pela execução contratual, incluindo obrigações de entrega, qualidade, rastreabilidade e conformidade sanitária.

4.5.1. Quando houver equipamento disponibilizado em comodato ou consignação associado ao insumo, eventual assistência técnica poderá ser prestada por rede autorizada, desde que sob responsabilidade integral da adjudicatária, sem transferência de obrigações perante a Administração.

Garantia da contratação

4.6. Não será exigida garantia da contratação, considerando tratar-se de aquisição de bens de consumo para saúde, com execução por fornecimento e entrega conforme instrumento de contratação, permanecendo íntegros os mecanismos de fiscalização, recebimento, rejeição e responsabilização previstos na legislação e neste Termo de Referência.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.7. Do tratamento diferenciado para ME/EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurada a aplicação do critério de desempate previsto na legislação (empate ficto), quando configuradas as condições legais, sem prejuízo do atendimento integral às especificações técnicas e sanitárias.

4.7.1. Considerando a criticidade assistencial dos materiais de hemodinâmica e a necessidade de ampla competitividade para obtenção de proposta vantajosa e fornecimento adequado, a Administração poderá não adotar exclusividade por item para ME/EPP e nem cota reservada, privilegiando a seleção da melhor proposta com atendimento integral dos requisitos técnicos e regulatórios.

Da margem de preferência

4.8. Não será aplicada margem de preferência no julgamento das propostas.

4.9. A contratação envolve materiais de alta criticidade assistencial, devendo a seleção pautar-se por critérios objetivos de desempenho, segurança e conformidade regulatória. Nessa perspectiva, a eficiência e a segurança do paciente devem prevalecer na avaliação das propostas, assegurado o julgamento pelo critério estabelecido no instrumento convocatório.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. MODELO DE EXECUÇÃO E LOGÍSTICA

Condições de entrega e prazo de execução

5.1. O fornecimento dos materiais será realizado de forma a assegurar a recomposição do estoque estratégico do Hospital Central do Exército, observando-se a criticidade assistencial dos itens destinados à Clínica de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista.

5.2. Considerando a modelagem definida na demanda, a entrega deverá ocorrer de forma única e integral para cada item contratado, com remessa completa do quantitativo adjudicado, de modo a evitar hiatos de abastecimento e garantir a pronta disponibilidade para procedimentos invasivos e emergenciais.

5.3. O prazo de entrega será contado a partir do recebimento formal do instrumento de contratação pela contratada, observando-se a urgência assistencial indicada pela unidade demandante e os prazos estabelecidos no instrumento convocatório e na Nota de Empenho.

5.4. Para o item relativo ao cateter de ultrassom coronariano intravascular (IVUS), a entrega do insumo deverá ser acompanhada, obrigatoriamente, da disponibilização do equipamento necessário à sua utilização, em regime de consignação ou comodato, conforme previsto na demanda, garantindo a plena funcionalidade do material e a execução segura dos procedimentos.

5.5. Caso a contratada identifique impossibilidade de cumprimento do prazo ou das condições pactuadas, deverá comunicar imediatamente a Administração, apresentando justificativa e proposta de contingência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis em caso de atraso injustificado.

5.6. Os bens deverão ser entregues no Hospital Central do Exército, no endereço institucional indicado pela Administração, aos cuidados do Depósito de Material Cirúrgico, em dias e horários regulamentares de recebimento.

5.7. Para produtos estéreis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% do prazo total recomendado pelo fabricante, devendo os itens ser entregues em embalagem íntegra, com identificação legível de lote, validade e demais elementos de rastreabilidade.

Recebimento, conferência e rastreabilidade

5.8. O recebimento dos materiais observará as etapas de conferência quantitativa e qualitativa, incluindo verificação de integridade de embalagem, correspondência do produto entregue com o produto adjudicado, e conformidade documental, especialmente quanto à regularidade sanitária e rastreabilidade.

5.9. O registro ou notificação ANVISA e demais dados sanitários apresentados na proposta deverão corresponder ao produto efetivamente entregue, sendo vedada a substituição por item distinto daquele adjudicado, ainda que semelhante, sem prévia anuência formal da Administração.

Garantia, assistência técnica e suporte tecnológico

5.10. O prazo de garantia dos materiais de consumo e OPME será aquele previsto na legislação aplicável, sem prejuízo da responsabilidade do fornecedor por vícios de qualidade, divergências de especificação e não conformidades sanitárias.

5.11. Para o equipamento associado ao item IVUS, quando disponibilizado em regime de consignação ou comodato, a contratada deverá assegurar funcionamento adequado durante o período de utilização, incluindo suporte técnico

necessário para manter o equipamento operacional, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento de comodato, quando adotado.

5.12. As condições específicas relativas ao comodato ou consignação do equipamento, incluindo responsabilidades de guarda, manutenção e devolução, deverão constar em instrumento próprio, quando aplicável, de modo a resguardar a Administração e assegurar a continuidade assistencial.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A relação jurídica decorrente desta contratação será executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com este Termo de Referência e com as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. Para o fornecimento dos materiais OPME, a formalização poderá ocorrer por Nota de Empenho, como instrumento substitutivo ao termo de contrato, quando cabível, observadas as regras do processo e da legislação aplicável.

6.1.2. Para o item que exige suporte tecnológico, relativo ao cateter para ultrassom coronariano intravascular (IVUS), a disponibilização do equipamento necessário à utilização do insumo deverá ser assegurada pelo fornecedor vencedor do item, em regime de comodato ou consignação, podendo ser formalizado instrumento específico para disciplinar guarda, responsabilidades, manutenção e suporte técnico do equipamento, quando aplicável.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução, os prazos e o cronograma pactuados poderão ser ajustados pelo tempo correspondente, com o devido registro nos autos, de forma a refletir as ocorrências e as providências adotadas.

6.3. As comunicações entre o Hospital Central do Exército e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica como meio hábil para fins de instrução, registro e comprovação.

6.4. O Hospital poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que demandem imediatidade, especialmente em hipóteses de risco de desabastecimento, necessidade de reposicionamento logístico, entrega com divergência de especificação, ou falha técnica de equipamento associado disponibilizado para uso do insumo, quando aplicável.

6.5. Após a emissão da Nota de Empenho e, quando houver, após a formalização do instrumento de comodato ou consignação do equipamento associado, a Administração poderá realizar reunião inicial com a contratada para apresentação do plano de fiscalização, contendo informações sobre obrigações, rotinas de entrega, conferência técnica, rastreabilidade, recebimento definitivo, método de aferição de conformidade e sanções aplicáveis.

Fiscalização

6.6. A execução será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s) em Boletim Interno, bem como por seus substitutos, quando aplicável, em conformidade com a estrutura de gestão de contratos do HCE.

Fiscalização técnica

6.7. O fiscal técnico acompanhará a execução para garantir o cumprimento das condições estabelecidas, conferindo a conformidade técnica e sanitária dos materiais OPME fornecidos, inclusive quanto à integridade de embalagem, esterilidade quando aplicável, rastreabilidade, correspondência com o item adjudicado e atendimento às especificações do Termo de Referência.

6.8. No caso do item que exige suporte tecnológico, o fiscal técnico verificará, além da conformidade do insumo, a disponibilidade e a operacionalidade do equipamento associado, incluindo instalação, calibração inicial quando aplicável e suporte técnico previsto, de modo a assegurar a plena utilização do material e a segurança assistencial.

6.9. O fiscal técnico registrará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução, descrevendo fatos relevantes e providências necessárias à regularização de faltas, defeitos ou não conformidades observadas.

6.10. Identificada inexatidão, divergência ou irregularidade, o fiscal técnico notificará a contratada para correção, com indicação de prazo compatível com a criticidade assistencial do item e com as regras do instrumento convocatório.

6.11. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou adoção de medidas que extrapolem sua competência, especialmente quando houver risco de desabastecimento, entrega em desacordo ou falha operacional de equipamento associado ao uso do insumo.

6.12. O fiscal técnico informará ao gestor sobre ocorrências recorrentes, tendências de falhas de fornecimento ou necessidade de ajustes no planejamento de recebimento e armazenamento, visando à continuidade do estoque estratégico gerenciado pelo Depósito de Material Cirúrgico.

Fiscalização administrativa

6.13. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação e regularidade exigidas da contratada, acompanhará atos de empenho, recebimento, liquidação e pagamento, bem como as ocorrências que demandem registros formais, apostilamentos ou medidas administrativas cabíveis.

6.14. No caso de descumprimento de obrigações, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na instrução dos registros e comunicações necessárias, reportando ao gestor para providências e eventual instauração de processo de responsabilização, quando couber.

6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, fornecimento de material inadequado, descumprimento sanitário, ou falhas relacionadas a equipamento associado disponibilizado para viabilizar o uso do insumo, quando aplicável.

Gestor do contrato

6.16. Compete ao gestor do contrato:

6.16.1. Coordenar e manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização, com registros formais da execução, ocorrências, medidas corretivas e eventuais ajustes.

6.16.2. Consolidar os registros apresentados pelos fiscais e informar à autoridade competente situações que ultrapassem sua esfera de atuação.

6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições necessárias à execução para fins de empenho e pagamento, registrando óbices e riscos que possam afetar o fluxo de liquidação.

6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto à execução, conformidade e desempenho, registrando eventuais ocorrências passíveis de sanção.

6.16.5. Adotar providências para a instauração de processo administrativo de responsabilização, quando cabível, para fins de aplicação de sanções, conforme a Lei nº 14.133/2021.

6.16.6. Elaborar relatório final sobre a consecução dos objetivos da contratação e oportunidades de melhoria.

6.16.7. Encaminhar a documentação necessária ao setor competente para a liquidação e o pagamento, conforme os registros e atestes de conformidade emitidos pela fiscalização.

Da Intenção de Registro de Preços (IRP)

6.17. Caso a Administração opte por estruturar a contratação sob Sistema de Registro de Preços, poderá ser avaliada a conveniência e oportunidade de abertura de Intenção de Registro de Preços, observando-se a compatibilidade com a urgência assistencial e com as condições de execução, especialmente em itens que demandem suporte tecnológico associado, em que a logística e o dimensionamento do equipamento disponibilizado podem depender do consumo e da realidade operacional de uma única unidade demandante.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial da contratação, incluindo entrega em desconformidade com as especificações técnicas, sanitárias ou de rastreabilidade estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório;
- b) der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração ou comprometa o funcionamento do serviço público de saúde, a exemplo de situações que resultem em cancelamento ou adiamento de procedimentos intervencionistas por indisponibilidade de material crítico ou por fornecimento de item incompatível com o uso previsto
- c) der causa à inexecução total da contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega, pelo descumprimento injustificado dos prazos previstos no instrumento convocatório e/ou no instrumento de contratação (Nota de Empenho), comprometendo a recomposição do estoque estratégico e a continuidade assistencial
- e) apresentar documentação ou declaração falsa;
- f) praticar ato fraudulento na execução;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

7.2. Serão aplicadas ao contratado as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, observada a gravidade da conduta, a extensão do dano e o nexo com a execução do objeto, incluindo, sem prejuízo de outras previstas no instrumento convocatório:

7.2.1. Advertência, quando der causa à inexecução parcial de menor gravidade e não se justificar penalidade mais severa.

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, para as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”, quando não se justificar a declaração de inidoneidade.

7.2.3. Declaração de inidoneidade, para as condutas descritas nas alíneas “e” a “h”, bem como para as alíneas “b”, “c” e “d” quando caracterizada gravidade elevada.

7.2.4. Multa, observados os critérios e limites estabelecidos no instrumento convocatório, podendo compreender:

7.2.4.1. Multa moratória (atraso na entrega): para a infração descrita na alínea “d”, no percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite definido no edital.

7.2.4.2. Multa compensatória (inexecução total): para a infração descrita na alínea “c”, no percentual de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação ou da parcela correspondente, conforme disciplinamento do edital.

7.2.4.3. Multa compensatória (grave dano assistencial): para a infração descrita na alínea “b”, especialmente quando a falha de fornecimento, atraso injustificado ou desconformidade técnica resultar em cancelamento/adiamento de procedimento intervencionista, no percentual de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela ou do objeto relacionado ao evento.

7.2.4.4. Multa compensatória (inexecução parcial simples): para a infração descrita na alínea “a”, no percentual de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela afetada, conforme o edital.

7.2.4.5. Cláusula específica de suporte tecnológico e compatibilidade (item IVUS): considera-se mora ou inexecução parcial, sujeita às sanções e multas deste item, conforme o caso:

I) a entrega do cateter para ultrassom intravascular sem a disponibilização do equipamento necessário ao seu uso, quando exigida no Termo de Referência e no instrumento convocatório

II) a disponibilização de equipamento associado em condições que impossibilitem sua utilização (inoperante, sem instalação ou configuração necessária para uso clínico, ou sem suporte mínimo para funcionamento), quando aplicável

III) a entrega de insumo incompatível com o equipamento disponibilizado pelo próprio fornecedor para aquele item, inviabilizando a execução do procedimento.

7.3. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao Hospital, quando cabível, nem afasta a responsabilização civil e administrativa nos termos da legislação.

7.4. Antes da aplicação de sanções, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, com prazo para manifestação do interessado, conforme o rito previsto na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório.

7.5. Quando a multa aplicada for superior ao valor do pagamento devido, a diferença poderá ser cobrada conforme os meios admitidos em lei, inclusive por compensação com créditos existentes, quando aplicável.

7.6. O processo sancionador observará o devido processo legal. As notificações poderão ser realizadas por meio eletrônico para os endereços informados pela empresa no SICAF e/ou na proposta, considerados canais oficiais de comunicação.

7.7. Na dosimetria das sanções, serão considerados a gravidade da infração, o risco ou dano assistencial decorrente, a reincidência, a conduta da contratada para mitigação do impacto e demais circunstâncias relevantes ao caso concreto.

7.8. O contratante procederá ao registro e atualização das sanções aplicadas nos cadastros pertinentes, na forma e prazos previstos na legislação aplicável.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

RECEBIMENTO

8.1. Os bens objeto desta contratação serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, nas dependências do Hospital Central do Exército, aos cuidados do Depósito de Material Cirúrgico (DMC), acompanhados da respectiva Nota Fiscal e demais documentos exigidos no instrumento convocatório e/ou na Nota de Empenho, pelo fiscal designado.

8.1.1. No recebimento provisório serão verificados, no mínimo, os seguintes aspectos: integridade das embalagens, inviolabilidade dos lacres, identificação legível de lote e validade, compatibilidade entre o item entregue e o item adjudicado, conformidade do quantitativo, e presença de documentação sanitária e de rastreabilidade aplicável aos produtos para saúde.

8.1.2. Para o item que exige suporte tecnológico para utilização do insumo (cateter para ultrassom coronariano intravascular – IVUS), o recebimento provisório do material ficará condicionado à disponibilização do equipamento necessário ao seu uso, em regime de consignação ou comodato, conforme previsto na demanda, bem como à verificação de funcionamento mínimo que permita a utilização clínica do insumo nos termos do edital.

8.2. Os bens serão rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações técnicas, sanitárias ou de rastreabilidade estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo, sem se limitar a: divergência de características do produto ofertado, ausência de esterilidade quando aplicável, embalagem danificada, prazo de validade insuficiente, ausência de identificação de lote, inconsistência com o item adjudicado, ou ausência do equipamento associado quando exigido para uso do insumo.

8.3. Em caso de rejeição, a contratada deverá proceder à substituição do item ou à correção da não conformidade no prazo fixado pela Administração, compatível com a criticidade assistencial do material e com as regras do instrumento convocatório, sob pena de aplicação de sanções.

8.4. O recebimento definitivo ocorrerá após a conferência técnica e documental, no prazo definido pela Administração, mediante emissão de termo/atesto de recebimento definitivo pela fiscalização, após verificação de conformidade do material com o instrumento de contratação e com este Termo de Referência, incluindo a checagem de rastreabilidade e regularidade sanitária quando aplicável.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, poderá ser adotado o procedimento de liquidação da parcela incontroversa, sem prejuízo da apuração e solução da parte controvertida, observadas as regras legais e administrativas aplicáveis.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios de qualidade, desconformidades técnicas, irregularidades sanitárias ou quaisquer danos decorrentes do fornecimento, inclusive quanto à compatibilidade do item IVUS com o equipamento disponibilizado para sua utilização, quando aplicável.

LIQUIDAÇÃO

8.7. Recebida a Nota Fiscal, a liquidação da despesa ocorrerá após o recebimento definitivo e a conferência da documentação exigida, incluindo verificação de correspondência entre Nota Fiscal, Nota de Empenho e ateste de recebimento definitivo.

8.8. Para fins de liquidação, será verificado, no mínimo, se a Nota Fiscal contém: identificação do HCE, número do empenho, descrição compatível com o item adjudicado, quantitativos, valores unitários e total, bem como as informações de rastreabilidade aplicáveis (lote, validade e demais dados exigidos por normas sanitárias e pelo instrumento convocatório).

8.9. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, conforme regras de habilitação e pagamento aplicáveis à contratação. Constatada irregularidade, a contratada será notificada para regularização no prazo definido pela Administração, na forma da legislação aplicável.

PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

8.10. O pagamento será efetuado após a finalização da liquidação, por meio de ordem bancária, na forma e prazos previstos na legislação e nas normas internas aplicáveis, condicionado ao recebimento definitivo do objeto e à regularidade da documentação fiscal.

8.11. Em caso de atraso no pagamento por motivo atribuível ao Contratante, poderão incidir atualizações na forma prevista em lei e nas normas administrativas aplicáveis.

8.12. Empresas optantes pelo Simples Nacional observarão as regras próprias do regime quanto às retenções tributárias, mediante comprovação documental quando exigida.

CESSÃO DE CRÉDITO

8.13. A cessão de crédito decorrente da contratação somente será admitida mediante prévia análise e anuência do Hospital Central do Exército, observadas as exigências legais e formais cabíveis, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto.

REAJUSTE

8.14. Considerando tratar-se de aquisição de bens de consumo para saúde, com fornecimento e pagamento vinculados ao(s) instrumento(s) de contratação, os preços serão aqueles adjudicados no certame, observadas as condições do edital e da proposta vencedora.

8.15. Quando houver hipótese legal e contratual de reajuste, esta deverá observar o interregno mínimo e as regras previstas na Lei nº 14.133/2021, com formalização por apostilamento, conforme o caso, nos termos do instrumento convocatório

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **Pregão**, sob a forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**, conforme diretriz estabelecida para aquisição dos materiais OPME destinados à Clínica de Hemodinâmica.

9.2. A opção pelo julgamento por item decorre da estratégia de parcelamento adotada no planejamento da contratação, permitindo ampliar a competitividade e selecionar, para cada item, a proposta mais vantajosa, sem prejuízo do atendimento integral às especificações técnicas e sanitárias.

9.2.1. Para o item que exige suporte tecnológico para utilização do insumo (cateter para ultrassom intravascular – IVUS), a licitante vencedora do item correspondente deverá assegurar, como condição de exequibilidade, a disponibilização do equipamento necessário à utilização do cateter, em regime de comodato ou consignação, conforme previsto na demanda.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será realizado por item adjudicado, mediante instrumento de contratação (Nota de Empenho e demais instrumentos cabíveis), com entrega destinada ao **Depósito de Material Cirúrgico (DMC)**, observando-se as condições logísticas definidas neste Termo de Referência e a necessidade de recomposição de estoque estratégico indicada no DFD_160322-000368-2026.

9.3.1. Considerando a criticidade assistencial dos materiais, o fornecimento deverá atender aos prazos e às condições de entrega estabelecidos no instrumento convocatório e no instrumento de contratação, incluindo, quando aplicável, a entrega integral do quantitativo do item adjudicado, conforme modelagem definida na demanda

9.3.2. Para o item IVUS, a disponibilização do equipamento associado deverá ocorrer concomitantemente ao fornecimento do insumo, de modo a viabilizar a utilização clínica do material nas condições previstas no processo.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Para fins de aceitabilidade, serão adotados como **preços unitários máximos** aqueles constantes do orçamento estimativo do processo, elaborado a partir da pesquisa de preços. O valor global estimado da contratação é de **R\$ 932.815,00**, referente ao conjunto dos 4 itens cotados.

9.4.1. Os valores unitários de referência por item (método de cálculo: mediana, conforme relatório) são:

- a) Item 1 (CATMAT 423486): R\$ 34.000,00.
- b) Item 2 (CATMAT 424112): R\$ 5.143,81.
- c) Item 3 (CATMAT 466466): R\$ 3.596,00.
- d) Item 4 (CATMAT 619794): R\$ 543,02.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, conforme a legislação vigente e as regras do instrumento convocatório.

Qualificação técnica (especificidade do processo)

9.6. Além da documentação de habilitação de praxe, a licitante deverá apresentar documentação técnica e sanitária compatível com o fornecimento de produtos para saúde, incluindo:

9.6.1. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA, quando aplicável às atividades de fabricação, distribuição e/ou comercialização de produtos para saúde. (Regra de habilitação técnica, sem necessidade de citação)

9.6.2. Licença Sanitária estadual ou municipal vigente, compatível com as atividades exercidas. (Regra de habilitação técnica, sem necessidade de citação)

9.6.3. Certidão de Regularidade Técnica (CRT) atualizada, quando exigível, emitida pelo conselho profissional competente, conforme a natureza das atividades do fornecedor. (Regra de habilitação técnica, sem necessidade de citação)

9.7. Atestado(s) de capacidade técnica: comprovação de aptidão para fornecimento de bens similares, de complexidade e criticidade compatíveis com os itens licitados, demonstrando experiência prévia em fornecimentos de materiais médico-hospitalares/OPME.

9.8. Declaração de compatibilidade e disponibilização de equipamento (item IVUS): para o item que requer suporte tecnológico, a licitante deverá apresentar declaração formal de que disponibilizará o equipamento necessário à utilização do cateter IVUS (comodato ou consignação, conforme edital) e de que o insumo ofertado é compatível com o sistema disponibilizado, garantindo a funcionalidade da solução ofertada para aquele item.

9.9. Compromisso de suporte técnico: a licitante vencedora do item que envolva disponibilização de equipamento deverá declarar que prestará suporte técnico durante o período de utilização do equipamento, sem ônus adicional para a Administração, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e nos instrumentos acessórios eventualmente adotados.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10. ESTIMATIVA DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO

10.1. Com base nos estudos técnicos realizados e no levantamento de mercado efetuado no âmbito do processo, foi apurado que a aquisição dos materiais de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) para a Clínica de Hemodinâmica possui **valor total estimado de R\$ 932.815,00 (novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e quinze reais)**, considerando os 4 (quatro) itens previstos e os respectivos quantitativos, conforme relatório de pesquisa de preços.

10.2. O orçamento estimativo foi elaborado com base em pesquisa de preços realizada a partir de referências de contratações públicas e outras fontes consideradas no relatório, adotando-se a **mediana** como método de cálculo, com período de referência de **12 meses**, conforme registrado na própria pesquisa.

10.3. Ressalta-se que o montante estimado refere-se ao fornecimento dos materiais OPME descritos no processo (itens e quantitativos), destinados à recomposição do estoque estratégico e ao atendimento assistencial da Hemodinâmica, conforme formalização da demanda.

10.4. Da disponibilização de equipamento associado (sem ônus adicional)

10.4.1. Para o item que exige suporte tecnológico para sua utilização, relativo ao **cateter para ultrassom coronariano intravascular (IVUS)**, a solução prevista no processo demanda a disponibilização do equipamento correspondente pelo fornecedor, em regime de **comodato ou consignação**, como condição para viabilizar o uso do insumo.

10.4.2. A disponibilização do equipamento associado, quando aplicável, não constitui objeto de pagamento apartado pela Administração, devendo ser fornecida **sem cobrança de locação, aluguel, taxa de manutenção, calibração ou qualquer outra contraprestação específica**, sendo as obrigações de disponibilização e suporte tratadas como condição de execução do item correspondente, nos termos do Termo de Referência.

10.4.3. Permanecem de responsabilidade da contratada, quando aplicável ao item que envolva equipamento associado, os custos de logística, instalação e suporte técnico necessários para garantir o funcionamento adequado

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.4 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente[A2].

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13. REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

(Aplicável às aquisições formalizadas por Nota de Empenho, na forma do art. 95 da Lei nº 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para retirar e aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

13.1.2. O aceite da Nota de Empenho pelo adjudicatário implica o reconhecimento de que o referido instrumento substitui o termo de contrato para o fornecimento dos materiais OPME destinados à Clínica de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista, vinculando-se à proposta vencedora, ao edital e às disposições deste Termo de Referência.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.2.1. A vigência da contratação decorrente da Nota de Empenho restringe-se ao período necessário para a entrega, o recebimento definitivo, a liquidação e o pagamento, extinguindo-se com o adimplemento integral das obrigações.

13.2.2. Quando houver disponibilização de equipamento associado ao item adjudicado, especialmente no caso do cateter para ultrassom intravascular, poderá ser formalizado instrumento específico de comodato ou consignação, com vigência própria limitada ao período de permanência do equipamento no Hospital, estabelecendo responsabilidades de guarda, integridade, suporte e devolução.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.3.1. São obrigações do Hospital Central do Exército:

13.3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, incluindo, quando aplicável, a disponibilização do equipamento necessário à utilização do insumo associado ao item adjudicado, em regime de comodato ou consignação.

13.3.1.2. Receber o objeto nos prazos e condições estipulados neste Termo de Referência e no instrumento de contratação, realizando as verificações de conformidade técnica, sanitária e de rastreabilidade.

13.3.1.3. Notificar a contratada sobre vícios, defeitos, divergências de especificação, falhas de desempenho, ou qualquer não conformidade identificada nos materiais fornecidos e, quando aplicável, no equipamento disponibilizado para uso do insumo.

13.3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução por meio de fiscal(is) designado(s), registrando ocorrências e atestando o recebimento definitivo quando comprovada a conformidade.

13.3.1.5. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido, após a liquidação da despesa e o cumprimento das condições previstas no processo.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.4.1. O contratado deve cumprir as obrigações constantes deste Termo de Referência e, ainda:

13.4.1.1. Entregar os materiais acompanhados de documentação de rastreabilidade e instruções de uso, quando aplicável, em língua portuguesa, conforme exigências regulatórias e do instrumento convocatório.

13.4.1.2. Comunicar tempestivamente ao Hospital eventual motivo que possa comprometer o cumprimento dos prazos de entrega, apresentando justificativa e medidas de mitigação, sem prejuízo das sanções cabíveis em caso de atraso injustificado.

13.4.1.3. Reparar, substituir ou providenciar a correção, às suas expensas, de materiais com defeito de fabricação, vício de qualidade, divergência de especificação, irregularidade sanitária, ou qualquer não conformidade constatada no recebimento provisório ou definitivo.

13.4.1.4. Manter a regularidade fiscal e demais condições exigidas para contratação durante a execução e até a conclusão do pagamento.

13.4.1.5. Obrigação específica de suporte tecnológico (quando aplicável ao item): disponibilizar o equipamento necessário à utilização do cateter para ultrassom intravascular, em regime de comodato ou consignação, assegurando sua operacionalidade, bem como prestar suporte técnico mínimo para viabilizar o uso do insumo, conforme previsto na demanda e neste Termo de Referência.

13.4.1.6. Providenciar a retirada do equipamento disponibilizado, quando aplicável, ao final do período de permanência pactuado, observadas as regras do instrumento específico de comodato ou consignação.

13.4.1.7. Quando houver disponibilização de equipamento associado, fornecer orientações operacionais necessárias para uso seguro, sem ônus adicional para a Administração, na extensão prevista no Termo de Referência.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.5.1. A contratação formalizada por Nota de Empenho será extinta quando cumpridas as obrigações de entrega, recebimento definitivo e pagamento, relativas ao fornecimento do objeto.

13.5.2. A relação jurídica poderá ser extinta antecipadamente por motivos previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente em hipóteses de inexecução, fornecimento em desacordo, ou falhas graves que comprometam a segurança assistencial e a continuidade dos procedimentos.

6. ALTERAÇÕES

13.6.1. Eventuais alterações observarão os arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, ficando o contratado obrigado a aceitar acréscimos ou supressões até os limites legais, quando formalmente determinados.

13.6.2. Registros de caráter meramente formal, como atualização de dados bancários, responsável técnico ou informações cadastrais, poderão ser realizados por apostilamento, quando cabível.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital QU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20.....*, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCAS RODRIGUES DE SOUZA

ADJUNTO DA SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



Assinou eletronicamente em 22/05/2026 às 10:10:02.



Documento assinado digitalmente
JOSE ANTONIO PEREIRA GOMES
Data: 22/05/2026 12:10:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOSE ANTONIO PEREIRA GOMES

CHEFE DA CLÍNICA DE HEMODINÂMICA



Documento assinado digitalmente
JOSE RAILTON THOMAZ DO NASCIMENTO
Data: 26/05/2026 13:29:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOSE RAILTON THOMAZ DO NASCIMENTO

CHEFE DA SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



ALEX DE FIGUEIREDO BRAZ
CHEFE DO DEPÓSITO DE MATERIAL CIRÚRGICO

APÊNDICE A DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE PROPOSTA

(PAPEL TIMBRADO PELA EMPRESA LICITANTE)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90XXX/2026

SENHOR PREGOEIRO,

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, CEP, e-mail), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, vencedora dos itens abaixo indicados do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90XXX/2026 - HCE, neste ato representado pelo LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS, abaixo assinado, propõe ao HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO, a aquisição dos itens abaixo indicados, conforme Termo de Referência do Edital e seus anexos em epígrafe, nas seguintes condições:

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	REGISTRO ANVISA	UN. DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ITEM R\$
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)							

- 1 Valor total da proposta: R\$ _____ (_____)
- 2 Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- 3 Banco: _____ Agência: _____ Conta corrente: _____
- 4 A garantia oferecida será nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990).
- 5 A execução da contratação ocorrerá de acordo com as especificações contidas no Anexo I do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90XXX/2026.
- 6 Estamos cientes e aceitamos TODAS as condições do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90XXX/2026.
- 7 Garantimos que todos os materiais entregues serão novos e de primeiro uso, com qualidade que garanta a perfeita utilização a que se destinam no período mínimo da garantia exigida.
- 8 No valor proposto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da entrega do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 9 O preço desta proposta é FIXO e IRREAJUSTÁVEL.

APÊNDICE A DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE PROPOSTA

- 10 Declaro, para os devidos fins, que os equipamentos vinculados ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Eletrônico nº ____/____ a serem disponibilizados em regime de comodato, serão fornecidos a título gratuito, sem qualquer ônus financeiro presente ou futuro para a Administração Pública, compreendendo, inclusive, os custos com instalação, manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças e retirada ao final da vigência contratual. Nesse sentido, é imperioso elencar que, em atenção aos critérios estabelecidos art 5º da Lei 14.133 de 1º de abril de 2025, declaro que os custos referentes ao fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, não estão embutidos no valor final da proposta supracitada.

Local e data.

Diretor ou representante legal - Identidade

Nome legível/Carimbo da empresa

(Encaminhar cópia autenticada da Identidade, para conferência da assinatura)

Rubrica

APÊNDICE B DO TERMO DE REFERÊNCIA
RELATÓRIO PÓS-CIRÚRGICO

LOGO DA EMPRESA

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20_____. N° de controle do
Pós ()

Ao

Hospital Central do Exército

Ref. Pós Cirúrgico N° _____

Cód.	Material	Qtd	Valor Unt. (R\$)	Anvisa conforme proposta
T0000	_____	_____	_____	_____

Valor Total: R\$ _____

Data do Procedimento: _____

CNPJ: _____

NOME DA EMPRESA _____

PACIENTE: _____

DATA DA CIRURGIA: _____

CONTATO COMERCIAL _____

ENDEREÇO DA EMPRESA

APÊNDICE C DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE RECIBO DE ENTREGA DE OPME

Hospital: **Hospital Central do Exército/**
HCE Pregão Nº 90**XXX**/202**X**

LOGO DA EMPRESA
DADOS COMPLETOS

NOME DO PACIENTE:
DATA CIRURGIA:

ITEM PREGÃO	DESCRIÇÃO MATERIAL	ANVISA	LOTE	QUANTIDADE

Entregue por: _____

Retirado por: _____

Recebido por: _____

Entregue por: _____

Data/Hora: ____/____/____:____

Data/Hora: ____/____/____:____



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML - 1ªRM
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
(Hospital General Médico Severiano da Fonseca)

ANEXO E

TERMO DE RECEBIMENTO E AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS

Pregão Eletrônico Nº 90XXX/2026 – HCE

Objeto: Análise de amostra para aquisição de material de consumo XXXXX.

Às _____ horas e _____ minutos do dia _____ de _____ de 2026 foi feita entrega de amostra para avaliação no Hospital Central do Exército – HCE, no qual a licitante deve apresentar:

Item	Empresa	Descrição do Material
		Conforme Edital

Procedi à verificação QUALITATIVA e ESPECÍFICA do material objeto do Pregão Eletrônico nº 90XXX/20XX e elaborei o seguinte parecer:

Nr GRUPO	Nr ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	PARECER TÉCNICO
...				

Área técnica responsável

Procedi à verificação de ENTREGA e RETIRADA do material, assim como estou ciente do parecer técnico final referente à amostra do Pregão Eletrônico nº 90XXX/20XX.

Responsável pela entrega (REPRESENTANTE DA EMPRESA): CPF:

Responsável pela retirada (REPRESENTANTE DA EMPRESA): CPF:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO LESTE
COMANDO DA 1ª REGIÃO MILITAR
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
(Hospital General de Brigada Médico João Severiano da Fonseca)

MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO

A União, por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado COMODATÁRIA e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado COMODANTE, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), resolvem celebrar o presente Termo de Comodato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico SRP nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Comodato é o empréstimo do EQUIPAMENTO (descrever equipamento), conforme previsto no Termo de Referência atinente ao Pregão XX/XXXX, para viabilizar o correto uso dos itens YY e ZZ (indicar quais itens adjudicados possuem relação com a operacionalização do equipamento).

1.2. O presente termo se vincula ao edital e a seus anexos, previsto no preâmbulo do presente Termo de Comodato, independente de transcrição.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO

2.1. Abster-se de efetuar qualquer tipo de reparo ou manutenção no EQUIPAMENTO, que ficarão a cargo da COMODANTE.

2.2. Não poderá o COMODATÁRIO fazer alteração ou conserto no EQUIPAMENTO sem a assistência técnica da COMODANTE, que deverá ser comunicada imediatamente para verificar tal possibilidade.

2.3. Cuidar para que o EQUIPAMENTO seja utilizado de acordo com as orientações prestadas durante o treinamento e constantes do manual de operações, devendo ser usado pelo COMODATÁRIO somente com o propósito estipulado no Termo de Referência e no instrumento de comodato.

2.4. Exigir da Contratada/comodante que apresente apólice de seguro atestando a cobertura do EQUIPAMENTO disponibilizado, durante o prazo de vigência do comodato, contra os riscos de incêndio e suas consequências.

2.5. No momento da devolução, o EQUIPAMENTO deverá apresentar-se nas mesmas condições em que o comodatário o recebeu.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMODANTE

3.1. Disponibilizar equipamento em comodato, conforme item YY deste Termo de Comodato, sem ônus para Administração.

3.2. O EQUIPAMENTO será entregue ao COMODATÁRIO em perfeito estado de conservação e funcionamento. O COMODANTE fornecerá ao COMODATÁRIO todos os itens e peças de reposição necessários ao perfeito funcionamento dos INSTRUMENTAIS disponibilizados.

3.3. O EQUIPAMENTO será cedido gratuitamente ao COMODATÁRIO para fins de utilização do produto fornecido pelo COMODANTE, conforme item YY deste Termo de Comodato.

3.4. Responsabilizar-se pelo suporte técnico para o pleno funcionamento do EQUIPAMENTO, que inclui, sem qualquer ônus para a COMODATÁRIA, sua instalação, treinamento inicial e regular dos usuários, execução das manutenções corretivas, preventivas, bem como calibração e assessoria científica conforme manual do fabricante com emissão de certificados.

3.5. Atender os chamados técnicos para manutenção corretiva do EQUIPAMENTO em um prazo máximo de XX horas úteis, incluindo finais de semana e feriados.

3.6. Substituir o EQUIPAMENTO inoperante em caso de defeito, por outro, de mesma característica, em um prazo máximo de XX (XX) horas, de modo a não interferir na rotina do procedimento médico da COMODATÁRIA.

3.7. Realizar manutenção preventiva no EQUIPAMENTO conforme periodicidade recomendada pelo fabricante ou ao menos trimestral, valendo a que for menor.

3.8. Responder pelos custos relacionados à troca de peças no EQUIPAMENTO, de caráter corretivo e preventivo, inclusive os decorrentes de falhas fortuitas relacionadas a possível variação na rede elétrica.

3.10. Identificar o EQUIPAMENTO, ao final de cada manutenção preventiva, com etiqueta contendo, no mínimo, as informações: data da execução, data da próxima visita (validade), nome da empresa que revisou o EQUIPAMENTO e rubrica do executante. A etiqueta deverá ser à prova d'água ou estar protegida (ex. adesivo transparente).

3.11. O EQUIPAMENTO cedido à COMODATÁRIA deverá estar acompanhado de:

3.11.1. Duas cópias do manual de operação em idioma português;

3.11.2. Carta de entrega constando todos os dados do EQUIPAMENTO (fabricante, modelo, número de série);

3.11.3. Dados da COMODANTE (razão social, endereço);

3.11.4. CNPJ/MF;

3.11.5. Nome da pessoa de contato comercial;

3.11.6. Nome da pessoa de contato para assistência técnica;

3.11.7. Telefones de contato e telefones de contato para final de semana e feriado;

3.11.8. Programa de manutenção preventiva (cronograma anual de visitas e "check list").

3.12. Responsabilizar-se por qualquer suspensão da rotina do procedimento médico da COMODATÁRIA motivada pela falta do EQUIPAMENTO, por um período superior a XX horas, o que implicará a notificação à administração superior competente para providências cabíveis, dentre as quais glosa parcial ou total da fatura relativa ao fornecimento do produto.

3.13. Responsabilizar-se por acidentes, sinistros ou danos que possam acontecer com seu EQUIPAMENTO, pois a COMODATÁRIA não oferece seguro para tal cobertura. A COMODANTE efetuará a cobertura do seguro do EQUIPAMENTO disponibilizado em comodato, durante o prazo de vigência do comodato, contra os riscos de incêndio e suas consequências, obrigando-se a apresentar ao COMODATÁRIO a respectiva apólice de seguro.

3.14. Comprometer-se a manter, em condição regular e normal, a cessão mediante

comodato, enquanto permanecerem em estoque no (Indicar unidade da Contratante), os produtos adquiridos para uso no EQUIPAMENTO.

3.15. Durante a vigência do comodato do EQUIPAMENTO, será avaliado o suporte técnico prestado pela COMODANTE, bem como, o desempenho do EQUIPAMENTO. As não conformidades serão comunicadas à COMODANTE pelo (Indicar nome da unidade da Contratante). Caso as não conformidades não sejam corrigidas nos prazos estabelecidos, implicará na notificação administração superior competente para providências cabíveis.

SANÇÃO E RESCISÃO

4.1 As hipóteses de sanção e rescisão são aquelas previstas no Termo de Referência.

DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Durante a vigência da cessão do EQUIPAMENTO, será avaliado o suporte técnico prestado pela COMODANTE, bem como o desempenho do EQUIPAMENTO. As não conformidades serão comunicadas à COMODANTE pelo (INDICAR RESPONSÁVEL), ou seu substituto legal. Caso as não conformidades não sejam corrigidas nos prazos estabelecidos, implicará na notificação à administração superior competente para providências cabíveis.

5.2. O prazo de entrega e/ou instalação do EQUIPAMENTO é de, no máximo, XX dias, contados da data da assinatura do presente TERMO, devendo ser providenciada com antecedência em relação à data de início do fornecimento do produto objeto da licitação.

5.3. O presente contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará por 12 (doze) meses, ou seja, até o dia __/__/202X, podendo ser prorrogado para atingir o seu fim caso ainda exista, no (indicar unidade da Contratante), estoque dos produtos adquiridos para uso no EQUIPAMENTO.

FORO

6.1. O Foro para solucionar litígios que decorrerem da execução deste Termo de Comodato será o da Seção Judiciária do (MESMO FORO DO CONTRATO) —Justiça Federal.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2026.

Assinam:

REPRESENTANTE DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME (COMODANTE)
Cargo Institucional

LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS – CEL (COMODATÁRIO)
Chefe da Divisão de Obtenção e Ordenador de Despesas das Áreas Orçamentária, Financeira e Patrimonial



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CML - 1ªRM
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
(Hospital General Médico Severiano da Fonseca)

Termo de Minuta de Contrato de Fornecimento em Consignação e Sob Demanda de
Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)

Anexo VI

Pregão Eletrônico nº 90XXX/20XX
(Processo Administrativo nº XXXXX.XXXXXX /XXXX-XX)

CONSIGNATÁRIA: União Federal/Ministério da Defesa/ Exército Brasileiro/Hospital Central do Exército.

CONSIGNANTE:

OBJETO: Aquisição de XXXXXXXX

NATUREZA: ostensivo

ATA DO PREGÃO: Nº ____/____, Grupo/ Item ____

A União Federal, entidade de direito público interno, por intermédio do Ministério da Defesa/ Exército Brasileiro/ HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO, situado na Rua Francisco Manoel 126, Benfica - RJ, CEP 209112-270, inscrito no CNPJ sob o nº 09.609.235/0001-50, Órgão do Ministério da Defesa, representado neste ato pelo CORONEL LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS, Ordenador de Despesas, doravante denominado **CONSIGNATÁRIA**, e a _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante designada **CONSIGNANTE**, neste ato representada por seu Preposto, o (a) Sr. (Sra.) _____, CI nº _____, CPF nº _____, têm entre si justo e avençado, e celebram por força do presente Instrumento, elaborado de acordo com a Lei nº 14.133/2021; Código Civil Brasileiro; Portaria Ministerial nº 305, de 24 Mai 95, e demais cominações legais e pelas condições previstas no Pregão nº 90XXX/2026, HCE, mediante as cláusulas e condições seguintes, ajustam a execução do presente Termo de Minuta de Fornecimento em Consignação e Sob Demanda de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) para Clínica de XXXXXXXX do HCE, que possua as especificações técnicas contidas no Termo de

Referência.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.O objeto deste Termo é o fornecimento dos produtos especificados no Termo de Referência, em regime de consignação e sob demanda, de acordo com as descrições e especificações nele estabelecidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

2.1. O prazo para entrega dos bens destinados a procedimentos eletivos é de 48 horas antes da realização da cirurgia. Para procedimentos de urgência ou emergência, o prazo de entrega é de até 4 horas, conforme estabelecido no Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (2016), do Ministério da Saúde.

2.1.1. As entregas serão realizadas conforme a demanda deste hospital, atendendo às necessidades de materiais para os procedimentos cirúrgicos.

2.2 Os produtos, objeto do presente Termo, deverão ser entregues pela CONSIGNANTE no endereço a seguir discriminado, de acordo com as especificações e condições dispostas na respectiva autorização de fornecimento.

Endereço de entrega: Rua Francisco Manoel 126, Benfica - RJ, CEP 209112-270 – Aos cuidados do Depósito de Material Cirúrgico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSIGNATARIO E DO CONSIGNANTE.

3.1. O fornecedor se obriga a disponibilizar, no âmbito deste termo, os conjuntos de componentes das OPME com tamanhos variados, bem como o instrumental (consignação) necessário para o seu adequado uso.

3.2. Adicionalmente, o fornecedor será responsável pela troca de componentes não utilizados, mesmo após o vencimento do prazo de validade ou garantia dos mesmos, sem ônus para a CONSIGNATÁRIA.

3.3. O **CONSIGNANTE** se compromete ainda a disponibilizar um orientador técnico exclusivo, sempre que necessário, para auxiliar na utilização ou montagem das OPME no estabelecimento de saúde, conforme exigido pelas circunstâncias do uso.

3.4. A contratação/consignação aqui tratada consiste no envio dos produtos mencionados na cláusula 1.1 acima (em consignação e sob demanda), durante todo o prazo de vigência deste Termo ou Vigência da Ata De Registro de Preços pelos valores dispostos no Termo de Referência), de acordo com os prazos e quantitativos previstos no processo.

3.5. A CONSIGNANTE se obriga a realizar a entrega dos produtos dentro dos quantitativos, procedimentos e prazos indicados nas respectivas autorizações de fornecimentos (em consignação e sob demanda). Excepcionalmente, desde que justificado e devidamente comprovado, poderá o prazo previsto ser repactuado entre as partes.

3.6. As quantidades dos produtos a serem fornecidos e a periodicidade de envio serão estabelecidas pela CONSIGNATÁRIA dentro de cada autorização de fornecimento, de acordo com a necessidade da clínica de xxxxxxxx deste hospital.

3.7. Todos os produtos terão a garantia assegurada e serão fornecidos pela CONSIGNANTE dentro dos padrões de qualidade, apresentação, prazo de validade e adequação às indicações de uso, de acordo com o estabelecido neste Contrato e com as normas sanitárias em vigor no país, reservando-se à CONSIGNATÁRIA o direito de solicitar a troca imediata dos produtos que apresentem incorreções ou problemas de qualidade, ou que se mostrem inadequados para os fins a que se destinam.

3.8. A CONSIGNANTE compromete-se a informar à CONSIGNATÁRIA qualquer caso de descontinuação na fabricação do produto pelo fabricante ou mesmo alteração de sua especificação ou marca com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

3.9. A CONSIGNANTE assegura para todos os fins que, está apta e em conformidade legal para a execução do presente contrato, bem como que possui todas as licenças, autorizações, registros, certidões e certificados necessários para o fornecimento do seu objeto, atendendo a todos os requisitos legais, incluindo, mas não se limitando, ao transporte, manuseio, armazenamento e rastreabilidade.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

4.1. O presente termo terá validade a partir da data de sua assinatura, pelo período correspondente à vigência da ata de registro de preço.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela CONSIGNATÁRIA no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo CONSIGNANTE.

5.1.1. No preço estão incluídos todos os custos, despesas, contingências e atividades necessárias à boa e fiel execução deste termo, incluindo, mas não se limitando a todos os encargos sociais e previdenciários, tributos, contribuições para fiscais, despesas diretas e

indiretas, benefícios, lucro e todos e quaisquer demais ônus que incidam sobre o escopo do contrato.

5.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo setor de auditoria interna do HCE, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONSIGNANTE providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONSIGNATÁRIA.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Quaisquer alterações ou revisões do objeto e obrigações estabelecidas neste termo deverão ser formalizadas mediante lavratura de correspondente Termo Aditivo, resultante do consenso entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Quaisquer dúvidas ou questões oriundas da execução do presente termo **de Minuta de Fornecimento em Consignação e Sob Demanda de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)** e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas em juízo, no foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro. E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, na presença das testemunhas abaixo, rubricadas as páginas precedentes para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

CLÁUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Permanecem aplicáveis ao presente contrato às cláusulas do Edital, do Termo de Referência e de todos os anexos do Edital que não sejam incompatíveis com o presente negócio jurídico

Rio de Janeiro, RJ, ____ de ____ de 20__.

LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS – CORONEL
Ordenador de Despesas
CONSIGNATÁRIA

NOME DA EMPRESA.
NOME DO REPRESENTANTE
Cargo/função
CPF/MF nº.
CONSIGNANTE

TESTEMUNHAS:

(Fiscais de Contrato nomeados em Boletim Interno)

TESTEMUNHA 1– P/G

CPF:

TESTEMUNHA 2– P/G

CPF:

Data e hora da consulta:

Usuário:

Nota de Empenho**UG Emitente**

Código	Nome	Moeda
167322	HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
09.609.235/0002-30	RUA FRANCISCO MANUEL, NR 126 - BENFICA - RIO DE JANEIRO - R J. 20911-270	
Município	UF	Telefone
RIO DE JANEIRO	RJ	(021) 3891-7013 SETOR FINANCEIRO

Ano	Tipo	Número
------------	-------------	---------------

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
---------------	--------------	-------------------------	----------------------------	------------	----------------------

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
------------------------	-------------	-----------------	-----------------------	--------------

Favorecido

Código	Nome	
Endereço		CEP
Município	UF	Telefone

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação			
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
		-		-

Descrição**Local da Entrega**

RUA FRANCISCO MANUEL, 126 - BENFICA - RJ

Informação Complementar**Sistema de Origem**

Versão	Data/Hora	Operação

Data e hora da consulta:

Usuário:

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa

Total da Lista

Subelemento

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	-	

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

Assinaturas

Ordenador de Despesa

Responsável pela Nota de Empenho

Data e hora da consulta:

Usuário:

Nota de Empenho



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO CML - 1ª RM
HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO
(HOSPITAL REAL MILITAR E ULTRAMAR-1769)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O **HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO**, com sede na Rua Francisco Manuel, 126, na cidade do Rio de Janeiro, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.609.235/0002-30, neste ato representado(a) pelo **Ordenador de despesas**, nomeado pelo Boletim Interno nº , inscrito(a) no CPF sob o nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº , considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº xx/XXXX, processo administrativo n.º **64574.010013/2025-31**– HCE, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº/20..*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>						
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Quantid	Valor Un
		<i>(se exigida no edital)</i>	<i>(se exigido no edital)</i>		Máxima	a de	
						Mínima	
							<i>Prazo garanti a ou validade</i>

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. *{Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.1.3. No caso de prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, os quantitativos serão renovados até o limite dos registrados originalmente

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos

termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Quantida	Valor Un	Prazo
X		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)		Máxima	de	Mínima	garanti a ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificaçã	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Quantida	Valor Un	Prazo
X	o	(se exigida no edital)	(se exigido no edital)		Máxima	de	Mínima	garanti a ou validade